

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-05-09

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Pinho, F. & Vidigal, I. (2023). Efeitos da crise sanitária COVID-19 em intenções e modalidades de regresso: O caso português. In José Carlos Marques, Pedro Góis (Ed.), *O regresso de emigrantes no Portugal contemporâneo*. (pp. 205-224).: Almedina.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/o-regresso-de-emigrantes-no-portugal-contemporaneo-1690812013.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Pinho, F. & Vidigal, I. (2023). Efeitos da crise sanitária COVID-19 em intenções e modalidades de regresso: O caso português. In José Carlos Marques, Pedro Góis (Ed.), *O regresso de emigrantes no Portugal contemporâneo*. (pp. 205-224).: Almedina.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Título: Efeitos da crise sanitária COVID-19 em intenções e modalidades de regresso: o caso português

Introdução

As migrações de regresso são influenciadas por uma multiplicidade de fatores já bem documentados pela literatura internacional e nacional, e a sua investigação mais recente tem seguido a tendência de modelo de análise multinível (Faist, 2000; Fawcett, 1989; Massey et. al., 1993, 1998).

Também as intenções de regresso ou de permanência se relacionam com fatores macro, meso e micro sociais, porque nas intenções os migrantes projetam e avaliam o que será uma migração (de regresso ao país ou local de onde haviam saído), num processo que concretiza escolhas de vida alternativas e que, simultaneamente, implica mudanças relativamente ao curso e à interpretação de trajetórias de vida em contextos de alterações sociais mais vastas. Quer a jusante, como a montante, os fluxos migratórios tendem a associar-se a processos de mudança social, pelo que alterações anteriores em algum dos fatores (macro, meso ou micro sociais) referidos, devem ser consideradas quando o enfoque do estudo são as migrações.

Para considerarmos estas mudanças sociais nos contextos mais alargados de interação social, teremos de referir que, em pleno desenvolvimento do projeto, em dezembro de 2019, se deu o aparecimento da COVID-19 (doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2). Em 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, declarou a pandemia COVID-19. O surgimento de uma doença ainda com efeitos desconhecidos quando foi declarada pandemia, e os desenvolvimentos da doença e do comportamento da pandemia, criaram uma crise sanitária que veio a ter diversos efeitos económicos e sociais à escala mundial, cujas consequências ainda virão a ser sentidas com mais veemência após o período em que escrevemos.

Encontrávamo-nos na fase de planeamento do nosso primeiro inquérito sobre intenções de regresso dirigido a emigrantes residentes no estrangeiro a partir do ano 2000 quando, em março de 2020, surgiu o primeiro caso de COVID-19 em Portugal e o governo decretou o primeiro confinamento geral. Por não ter sido o único país a fazê-lo, a equipa do projeto decidiu incluir um módulo de perguntas no questionário para aferir, da forma possível, como a pandemia e os confinamentos nos vários países de onde os e as emigrantes estariam a

responder-nos, afetava as suas vidas económicas e laborais/profissionais, assim como as suas intenções de regresso (ou de não regresso).

Este capítulo dedica-se à análise deste bloco de questões. Com informação obtida através das entrevistas também ilustraremos, em processos de regresso já concretizados ou em vias de concretização (à época do inquérito), algumas repercussões deste evento mundial.¹

Na próxima secção fazemos um breve enquadramento teórico e contextual. Na secção seguinte analisamos algumas das consequências da pandemia e dos confinamentos na situação socioeconómica de portugueses/as migrados/as e em intenções de regresso ou de não regresso entre portugueses/as emigrados/as. Na última secção apresentamos informação sobre os efeitos da situação de pandemia e dos confinamentos em migrações de regresso (em curso ou já concluídas) com ensaio de uma tipologia de regressos correspondente.

Breve enquadramento teórico

O risco e a incerteza associados a uma pandemia, e as consequências que traz às vidas dos cidadãos em termos mundiais, conduz-nos às perspetivas socioculturais de investigação no âmbito das teorias do risco, onde se enquadram, nomeadamente, a teoria da sociedade do risco de Ulrich Beck (1992, 1999).

A publicação do livro de Ulrich Beck, *Risikogesellschaft*, escrita em alemão e publicada em 1986, surgia pouco tempo antes do desastre de Chernobyl, ao ponto de se afirmar o seu cariz prenunciador. Foi, depois, traduzida para diversas línguas e produziu uma linha teórica assente na modernização reflexiva. Nesta teoria, as consequências do desenvolvimento científico e industrial e a modernização são um conjunto de riscos generalizados no tempo e no espaço (Beck, 1992). De acordo com Mendes (2015), para Beck o risco significa “um estádio intermédio entre os polos da segurança e da destruição, e a perceção dos riscos ameaçadores constrange o pensamento e a ação”.

No segundo livro sobre o risco e a modernidade, Beck refere que esta se caracteriza por processos como a globalização, individualização, a revolução assente na diferença sexual, o desemprego e os riscos globais, que são processos que afetaram os padrões coletivos de vida,

¹ No momento em que escrevemos este capítulo, vários países europeus já vacinaram a maioria das suas populações e, embora as variantes seguintes do vírus tenham tido uma maior taxa de contágio que a primeira estirpe, o número de mortes tem descido de forma considerável. Ainda que a pandemia ainda não tenha sido declarada como terminada, novos confinamentos generalizados não parecem estar, para já, no horizonte, e já houve alterações significativas na forma como a doença tem sido percecionada por governos e populações.

a ideia de progresso, o pleno emprego e a relação com a natureza (1992). Mais tarde, como referido em Mendes (2015), Beck sustenta o conceito de riscos globais como riscos ambientais, os riscos ligados ao terrorismo e os riscos financeiros (2008, citado em Mendes, 2015) e foca-se nos riscos climáticos. A pandemia citada, resultado da expansão de uma epidemia originária de um local, teve, em resultado da globalização, efeitos sugerem que deve ser contemplada na análise das intenções de regresso.

Os modelos sobre a tomada de decisão de migração como um “processo” são complementares de abordagens macrossociológicas. A análise deste processo faz sentido em migrações livres e “os constrangimentos estruturais não operam independentemente dos motivos e razões que os agentes têm para o que fazem” (Giddens, 1984, p.181), ou seja, as variáveis de mudança económica ou social macro não terão o mesmo efeito em todos os indivíduos ou grupos e, sendo necessário ter acesso a informação dos contextos, também é necessário ter acesso às percepções destes mesmos contextos. Tomar em consideração as “percepções” dos migrantes e não ficar pela descrição dos fatores objetivos traduz a colocação em causa da racionalidade dos modelos de tomada de decisão clássicos nas migrações e o facto de os migrantes não fazerem cálculos meticulosos de custos e benefícios nos movimentos, havendo até fatores que contrariam essa racionalidade.

Deste modo, a análise das respostas sobre as intenções de regresso teve de ter em consideração o contexto em que as perguntas foram colocadas, pois além das incertezas associadas a uma migração para uma envolvente social desconhecida (no caso do regresso, apesar de tudo um desconhecimento menor do que no caso de uma primeira migração), a luta contra o que a doença poderia vir a trazer também trouxe resultados económicos e sociais com impactos negativos a vários os níveis, portanto riscos que podem constranger o pensamento e a ação, tal como referido.

Breve referência ao contexto

A declaração da pandemia da COVID-19 e os posteriores confinamentos instituídos em diversos países² para colocar limites à mobilidade e à propagação do vírus, vieram, conseqüentemente, a constituir constrangimentos na consideração de eventuais migrações (de regresso, ou outras). Começou por ser anunciado o fecho das fronteiras externas à União Europeia para todos os residentes não europeus no dia 17 de março de 2020, o que confirmou

² A seguir ao ocorrido na China, o primeiro à escala mundial.

que os cidadãos europeus e os seus governos nacionais sentiram que estariam melhor juntos, em solidariedade e interdependência, embora também se tenham fechado fronteiras intra-europeias a seguir (Triandafyllidou, 2022).

Estes fechos causados pela pandemia tiveram implicações nas discussões sobre os direitos fornecidos pelas pertenças ou nacionalidades de quem migra ou se movimenta (vários países só permitiam que nacionais ou residentes reentrassem), mas os efeitos imediatos começaram por se sentir logo nas mobilidades. Desde turistas que ficaram retidos nos seus destinos, a vidas que ficaram em suspenso com os transportes parados e as fronteiras fechadas, quem queria migrar, com novos postos de trabalho e uma nova vida noutra país, pode ter visto os seus recursos a diminuir ou a desaparecer, enquanto aguardava pela reabertura de fronteiras (Triandafyllidou & Nalbandian, 2020).

Além das limitações referidas, surgiram outras dificuldades práticas inerentes às mudanças, como procedimentos administrativos ou outros, devido aos serviços terem começado por parar de forma generalizada (alguns destes detalhes são analisados mais à frente). A diminuição de rendimentos causada por despedimentos ou pelos *lay-off* também poderá ter tido efeitos nestes movimentos. Mas também houve consequências da crise sanitária que propiciaram a consideração de regressos que antes não haviam sido programados, nomeadamente mudanças temporárias, em virtude da generalização do trabalho remoto, e que vieram a permitir a ponderação do regresso como alternativa, assim viabilizada, de vida. Foi este tipo de questões que colocámos no questionário e também quisemos avaliar em entrevistas posteriores.

Considerando apenas os países que estão em estudo, os primeiros confinamentos tiveram início em março e, dependendo do país, prolongaram-se até maio ou junho (de 2020).³ Em Portugal e no Luxemburgo os confinamentos tiveram início no dia 16 de março. Em França, o confinamento teve início no dia seguinte, e no Reino Unido uma semana depois de em Portugal, dia 23. Reforçamos, portanto, a complexidade acrescida das migrações (e suas análises) em dois anos tão peculiares.

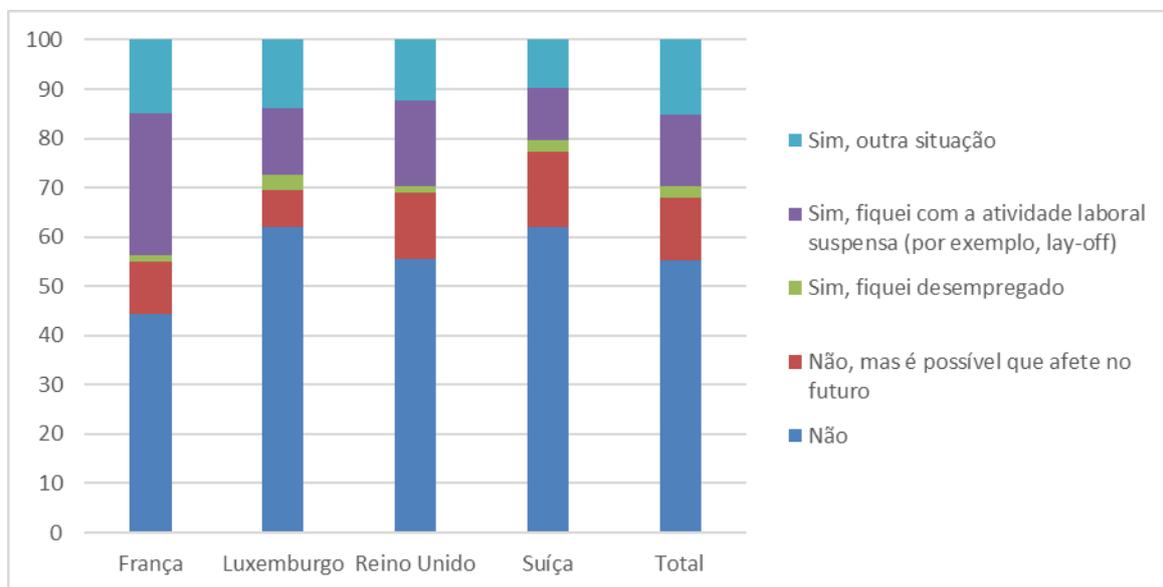
Intenções de regresso entre emigrantes – dados quantitativos

A caracterização da amostra respondente pode ser consultada no **capítulo x**.

³ Vieram a ocorrer novos confinamentos com características variadas, uns meses mais tarde, quando o inquérito já estava fechado.

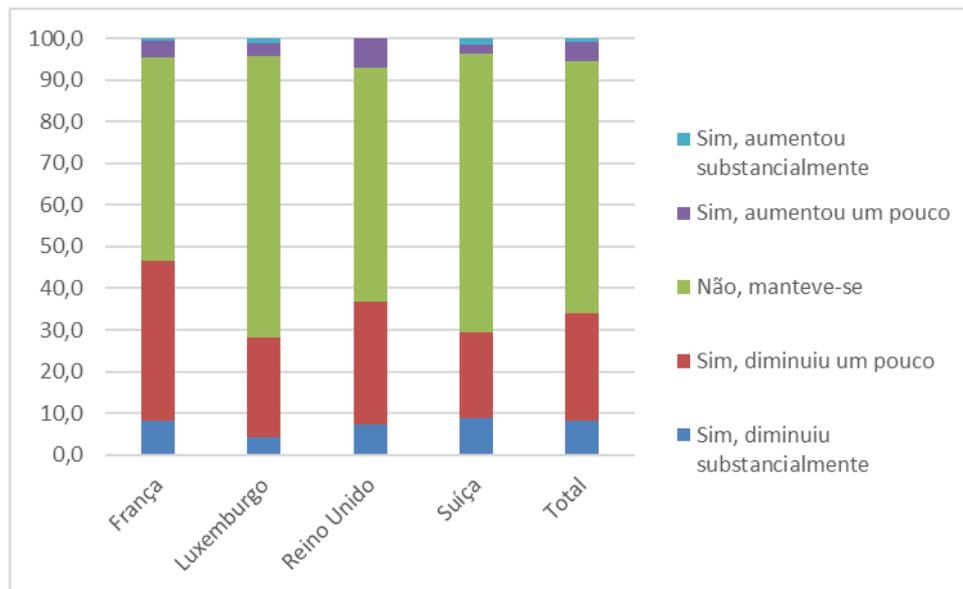
Quando questionados sobre o impacto que a pandemia teve nas suas situações laborais, mais de metade (55%) do total de respondentes (n = 2.075) afirmaram não ter sofrido qualquer alteração, sendo que estas percentagens aumentam no caso dos emigrados que respondem a partir da Suíça e do Luxemburgo (62,1% e 60,5%, respetivamente). Cerca de 15% do total afirmaram ter ficado com a atividade laboral suspensa (por exemplo, *lay-off*) – situação que se denotou mais entre os residentes em França (28,9%) e no Reino Unido (17,3%) – e outros 15% declaram ter sofrido outro tipo de alterações na sua situação. É entre os respondentes residentes na Suíça que se expressa uma maior preocupação com o futuro, tendo 15,2% dos residentes neste país revelado que apesar de a sua situação laboral não ter sido afetada, é possível que venha a sê-lo no futuro.

Figura 1. Impacto da pandemia na situação perante o trabalho, por país de destino, %



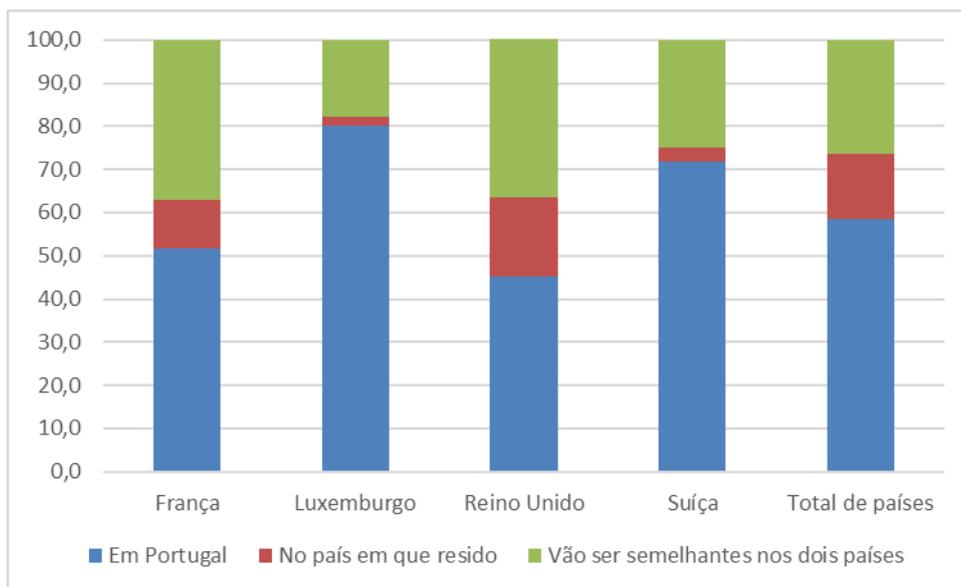
Analisando as alterações que a pandemia teve no rendimento dos emigrantes portugueses que responderam a esta questão (n = 2.077) observa-se o mesmo padrão observado nas respostas quanto ao impacto que a pandemia teve na situação laboral: 60,4% dos inquiridos diz não ter sofrido qualquer alteração nos seus rendimentos, sendo os respondentes na Suíça e no Luxemburgo os menos afetados (67% e 67,5%, respetivamente). Contudo, cerca de 26% afirma que os seus rendimentos diminuíram um pouco, com os residentes em França (35,1%) e no Reino Unido (29,5%) a serem os que mais sentiram esta diminuição.

Figura 21. Impacto da pandemia nos rendimentos próprios e familiares, por país de destino, %



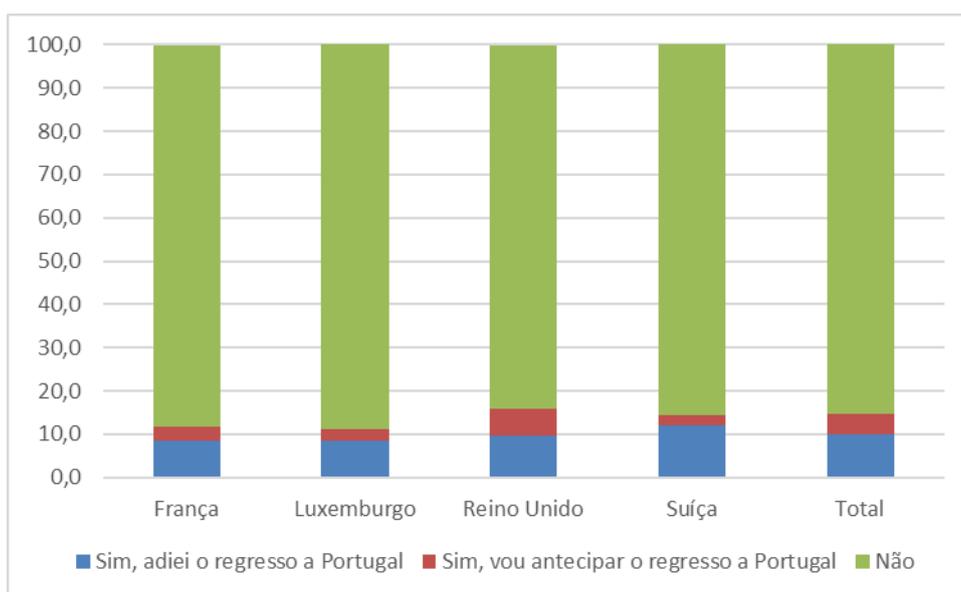
Às perguntas sobre onde consideram que as consequências da pandemia – na sociedade e na economia – vão ser mais graves, se em Portugal ou no país em que residem, a maioria dos respondentes prevê que os efeitos serão piores em Portugal (58,4%), enquanto cerca de 27% pensa que serão semelhantes em ambos os países e 15% perspectiva que será pior no país onde está emigrado (n = 2.074) (veja-se a figura 3). É necessário reforçar que, embora estejamos a referir-nos sempre a países que constituem os nossos estudos de caso, e estejam todos situados na Europa, o total da amostra inclui países em todos os continentes e com as mais variadas características estruturais e conjunturais, que explicarão parcialmente esta diferença de perceções. Para voltar à referência dos países em estudo, os emigrantes portugueses a residirem no Reino Unido são os que apresentam um padrão de opinião mais diverso, com apenas 45% a considerar que a situação será pior em Portugal, 37% que será igual em ambos os países e 18% a afirmar que será mais grave no país onde residem atualmente. Os inquiridos em França são os que, em conjunto com os do Reino Unido, consideram que os impactos da pandemia serão semelhantes em ambos os países, enquanto os que residem no Luxemburgo e na Suíça vaticinam que os efeitos serão muito mais sentidos em Portugal (80,2% e 71,9%, respetivamente) e menos nos países em que residem.

Figura 32. Expectativas em relação aos impactos sociais e económicos da pandemia, em Portugal e no país de residência, por país de residência, %



As intenções de regresso dos portugueses não parecem ter sido afetadas pela pandemia, com mais de $\frac{3}{4}$ dos inquiridos a negar alteração dos seus planos face ao regresso a Portugal (n = 2.060) (ver na figura 4). Apenas na Suíça e no Reino Unido se encontram ligeiras alterações de planos, face à média dos inquiridos, com 12,1% dos respondentes na Suíça a admitirem terem adiado o regresso a Portugal (face aos 10% do total dos inquiridos) e 6,1% dos residentes no Reino Unido a afirmarem que irão antecipar o regresso a Portugal (face aos 4,7% do total de inquiridos). O Brexit poderá exercer uma influência conjugada com a pandemia nesta perceção, mas não conseguimos afirmar, com rigor, se assim é.

Figura 4. Impacto da pandemia nas intenções de regresso, por país de residência, %

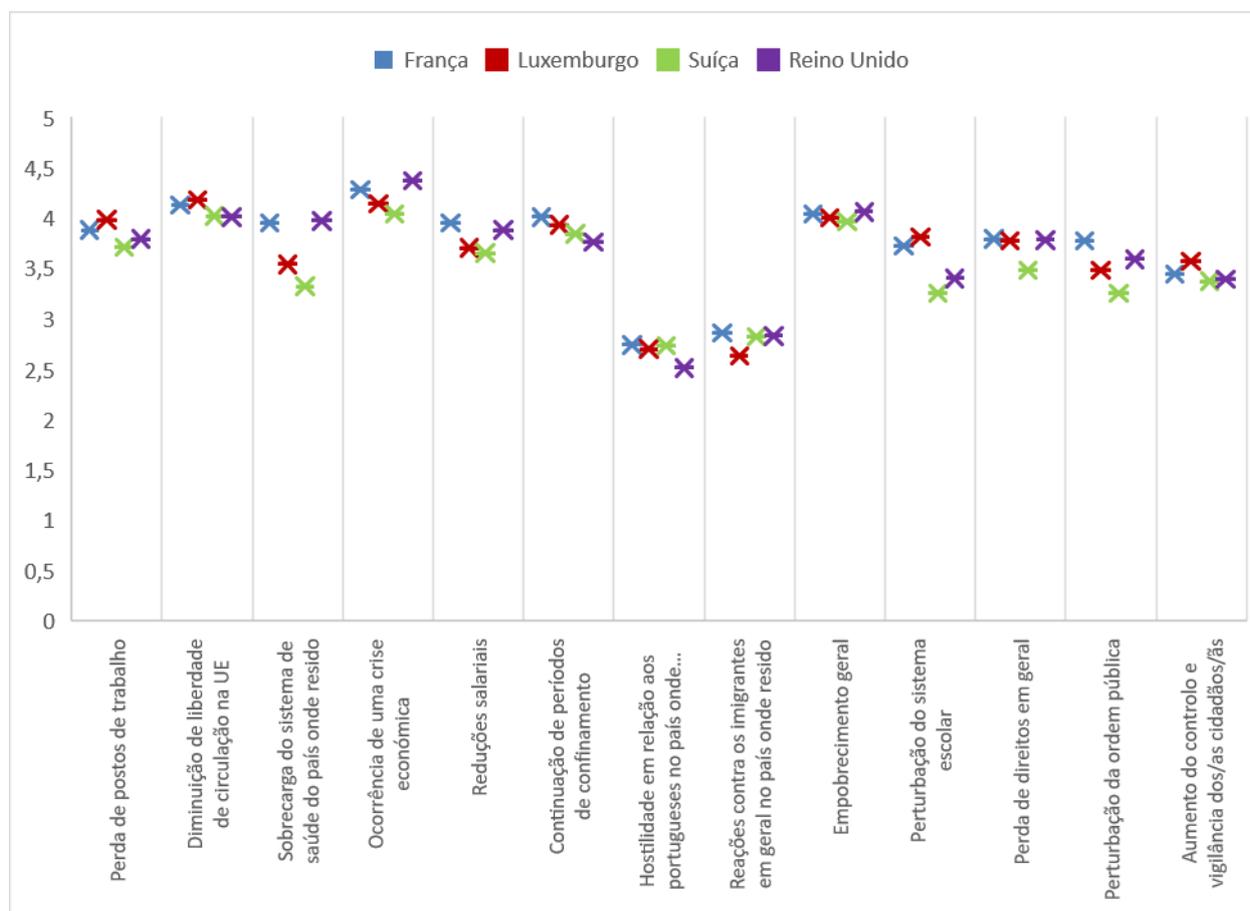


Também relativamente ao envio de dinheiro/remessas para Portugal os efeitos da pandemia parecem não ter sido sentidos, com mais de $\frac{3}{4}$ dos respondentes a afirmar que se mantém tudo

igual (o peso mais elevado encontra-se no Luxemburgo, onde 91% dos inquiridos deram esta resposta), enquanto 13% diz ter reduzido os montantes enviados, 3% alterou o ritmo de envio, mas não os montantes e apenas 2% aumentou os montantes enviados (n = 1.070).

A última questão relacionada com a pandemia focava-se na preocupação dos respondentes em relação às consequências que esta poderia ter em diferentes áreas da vida em sociedade. As respostas, dadas através de uma escala tipo Likert, e aqui analisadas com médias, diferem pouco pelos países de destino (salvo ligeiras diferenças que se salientam) (veja-se na figura 5). A maior preocupação no total de respondentes assenta na “ocorrência de uma crise económica” (4,3), na “diminuição da liberdade de circulação na UE” (4,0) e no “empobrecimento geral” (4,0). A questão da “continuação de períodos de confinamento” é especialmente relevante entre residentes em França (4,01), enquanto questões relacionadas com a “hostilidade em relação aos portugueses no país onde resido” e “reações contra os imigrantes em geral no país onde resido” são as que geram menos preocupações (2,32 e 2,63 na totalidade dos países, respetivamente). Sublinha-se que o inquérito esteve disponível *online* enquanto decorriam confinamentos em diversos países, e estas respostas poderão ter tido enviesamentos incontornáveis devido a estas circunstâncias (França foi dos países em que os confinamentos foram mais prolongados). O tópico com menor acordo entre os respondentes dos países em estudo refere-se à “sobrecarga do sistema de saúde do país de destino”, que é sentida com maior relevância no Reino Unido e em França (4,0) em comparação com a Suíça (3,3) ou o Luxemburgo (3,5), sendo este, portanto, o ponto com maior distância entre o valor médio mais baixo e o mais elevado. Estas diferenças também poderão ser explicadas pelas diferentes incidências de casos nos países em análise e pelo período abrangido no conjunto das respostas.

Figura 53. Grau de preocupação em relação aos impactos da pandemia, por país de residência, médias



Nota - Da escala constam os seguintes valores: 1, “Nada preocupado/a”, 2, “Pouco preocupado/a”, 3, “Indiferente”, 4, “Preocupado/a”, 5, “Muito preocupado/a”.

A pandemia em processos de regresso concretizados – dados qualitativos

A análise das perceções foi possível entre regressados/as do Luxemburgo e do Reino Unido em 2020, quando a preparação e/ou o regresso ocorreram durante ou logo após confinamentos.⁴ Realizámos algumas entrevistas a regressados e a regressadas em que as preparações de regresso, os regressos ou esboços de regresso ocorreram durante confinamentos ou pandemia. Ilustramos estes casos e a forma como modelam diferentes formas de regresso (ensaio de tipologia).

Regressos do Luxemburgo em agosto de 2020

Elsa (nome fictício), regresso (desejado como) permanente

⁴ Houve um período em que se iniciaram os voos e eram permitidos regressos a nacionais, independentemente das regras de confinamentos gerais ou parciais.

Elsa e o marido estavam ambos empregados quando foram para o Luxemburgo, em 2015. Foram experimentar, como verbaliza a entrevista. Resolveram que voltariam daí a 10 anos, no máximo. E tinham esse horizonte porque era o que lhes era passado por migrantes anteriores dos seus círculos de conhecimento e o que se “ouvia dizer” relativamente ao tempo necessário para poderem usufruir da reforma dos anos passados a exercer atividade laboral no Luxemburgo.

Mas sempre tivemos a ideia de voltar e já parti com a ideia de um dia regressar. Tenho aqui a minha família e sempre fez muita falta de estar lá longe da minha família [Elsa].

O casal adquiriu uma casa no Luxemburgo, onde residia aquando do regresso. Ambos os entrevistados tinham inserção profissional – o marido é eletricitista de construção civil e Elsa, contabilista de profissão, trabalhou com gerente de loja e como gestora.

As razões para o regresso são apresentadas como subjacentes a dificuldades do filho na escola, resultantes da língua alemã e luxemburguesa. Antes da transição para um outro nível de ensino, que implicaria uma mudança de escola, o casal resolve regressar a Portugal com o filho.

Se fosse lá [Luxemburgo] era uma escola nova na mesma, era um percurso novo, ia mudar de amigos – porque lá de dois em dois anos eles mudam de escola e mudam de amigos, aquilo muda tudo – e então era o timing certo: se é para mudar, então vem para cá e muda, e vem para o país dele, para ao pé da família dele, e viemos todos embora. Ele ia continuar a ter dificuldades de alemão, porque cada vez ia ser mais difícil, e assim não perde ano nenhum e vai para uma fase nova (...) e continua o percurso escolar dele. E foi o que fizemos de melhor. [Elsa]

Ponderando essa situação com a da reforma, prepondera a resolução da situação do filho, pois aquela é percecionada com uma distância temporal que permitiria encontrar outra solução, nomeadamente o regresso.

E é os dez anos por causa da reforma. Mas não é por causa da reforma, que eu só vou receber daqui a mais de trinta ou cinquenta ou seja lá quantos anos for, que eu vou lá ficar a fazer mais não sei quantos anos. Não, não vou ser obrigada a isso. E, portanto, tirámos essa crença limitadora dos dez anos e decidimos vir mais cedo. [Elsa]

A pandemia e os confinamentos foram impactantes na medida em que tiveram dificuldades em agendar e realizar as vistas dos (potenciais) compradores à casa que venderam. A entrevistada não reportou qualquer outro tipo de influência, no processo de regresso, daqueles eventos inesperados e repletos de incerteza.

Carla e Luís (nomes fictícios), regresso (desejado como) permanente, por enquanto “pendular” da parte dele

As migrações de Luís e de Carla para o Luxemburgo deram-se em jovens. Ele, com 18 anos, emigra para residir com o pai, que já morava no Luxemburgo; Carla, com 14 anos, depois de a mãe se ter adiantado um ano na emigração e ela ter ficado a terminar o 8º ano de escolaridade. Conheceram-se no Luxemburgo. Têm idades entre os 40 e os 45, formação superior, mas com uma trajetória migratória diferente, e uma permanência muito mais longa no Luxemburgo do que no caso anterior. Ambos tinham inserções profissionais antes do regresso: Elsa era secretária numa clínica de fisioterapia, Luís é *designer* e tem uma empresa própria.

Regressaram a Portugal em agosto de 2020, tendo acrescentado, ao indicar a data, “em plena pandemia”. Na realidade, regressou Carla e as filhas, pois Luís mantém uma empresa com sede no Luxemburgo e portanto terá de manter lá a residência. Contudo, ele já passa em Portugal a maior parte do tempo, pois parte do trabalho é controlada remotamente. A designação de “pendular” deriva desta condição. O regresso, porém, tem uma justificação semelhante ao caso anterior: por causa dos filhos, pois pretende-se residir em Portugal de forma permanente. Também sugerem influência de pressão social e de xenofobia.

É dito "Tu tens este perfil, vais para ali" e a nossa filha sofreu disso agora quando passou do 6º para o 7º. Disseram-lhe "És uma excelente aluna, mas tens dificuldade nas germânicas, porque não é uma língua nativa, então não vais para o clássico, embora tenhas notas técnicas para o fazer" [Luís].

Deste modo, a transição da filha para outro nível de ensino, que teria sempre de ser feita através de uma mudança de escola, surgiu como a oportunidade certa para a saída, ainda que aliando a condições profissionais favoráveis, da parte do entrevistado, a essa decisão.

Porque eu estava a sair de uma empresa, estava a sair de trabalhar por conta de outrem para começar a trabalhar por conta própria; a nossa filha mais velha estava a sair da preparatória para o liceu, logo iria ter uma alteração muito grande na vida dela, tanto de colegas como de escola, e dissemos "Ou é agora ou

não é, porque depois ela vai entrar no liceu, nós não vamos querer quebrar o liceu dela, e vão ser aí seis ou sete anos que vamos ter que ficar ali presos. (...) E a gente, em mais ou menos um ano, decidimos vender, comprar, meter aqui as miúdas na escola. Foi mais ou menos um ano assim. Foi um ano de transição, e agora é o ano de transição cá. [Luís]

Que a racionalidade económica não é o fator preponderante no regresso, no caso destes entrevistados, é possível reforçar com o seguinte trecho da entrevista:

E depois o positivo foi, se em Portugal se vive com salários mínimos, com créditos, nós voltamos para Portugal com um pé de meia, com uma situação fiscal diferente⁵, Why not? [Luís]

O tema da pandemia surge a propósito dos preparativos relativos à mudança para Portugal e da documentação relativa à venda da casa.

Sim, mas foi em plena pandemia. Atrasou-nos três meses, porque eles fecharam o país. Só voltaram a abrir em maio. Portanto, nós conseguimos vender a casa, mas isso [o fecho] não nos bloqueou porquê? Porque cá em baixo em Portugal também estava bloqueado. Portanto, aquilo era uma coisa de "Se lá em cima está bloqueado e aqui está bloqueado, não podemos fazer nada". Os contratos estavam assinados (...) de resto foi só a parte burocrática. Nós estamos a voltar a saber viver em Portugal... [Luís]

Portanto, os confinamentos devidos à pandemia atrasaram o regresso em ambos os países, tiveram essa influência, mas em ambos os casos aqui referidos não foram motivo para a mudança de país.

Regresso do Reino Unido em junho de 2020

Paula (nome fictício), regresso (desejado como) permanente, por “etapas”

Paula é enfermeira no Reino Unido. Em 2013, aquando da emigração, o regresso estava projetado para quando Paula e o marido, também português, constituíssem família. Assim, depois de Paula engravidar, os dois resolveram que iriam regressar quando possível.

Nós sempre estivemos de pé atrás no sentido em que achámos sempre que quando fosse para constituir família, que queríamos conseguir poupar, aproveitar para

⁵ No momento da entrevista ainda havia a manutenção de uma residência no Luxemburgo no caso de Luís, razão pela qual se refere uma situação fiscal diferente.

viajar e depois ter alguma coisa para voltar nessa altura, porque não nos estávamos a ver em Londres sozinhos com filhos. E pronto. A família está toda cá, nunca fez muito esse sentido. E então foi isso”. [Paula]

Paula veio no final da gravidez e aqui permaneceu em licença de maternidade, depois de a filha nascer. O marido solicitou a possibilidade de trabalho remoto à empresa para a qual trabalha.

O F. (marido) vai continuar a trabalhar com o Reino Unido. A empresa dele deixa-o trabalhar remotamente, não lhes interessa de onde, portanto, para ele é indiferente se está em Portugal, em Londres ou noutra sítio qualquer. [Paula]

Deste modo, conseguiram voltar para Portugal logo após o primeiro confinamento no Reino Unido. À época da entrevista, a enfermeira só precisava de voltar ao Reino Unido para fechar o processo da contratação. O *Brexit* reforçou a vontade de regressar, devido às dificuldades que isso passaria a acarretar nas mobilidades que passariam para um controlo de fronteiras, depois de regras de “livre circulação” vigentes aquando da emigração inicial.

Agora, lá está, o que eu sempre disse foi "eu é que tenho o direito de não aceitar as condições que vocês têm agora. Eu vim nestas condições, as condições vão mudar". Durante três anos não soubemos sequer, ainda hoje não se sabe muito bem, em que condições é que as coisas vão ficar, não estou para estar aqui sem saber o que é que vai acontecer numa altura chave da minha vida que é suposto eu ser mãe e ter a minha filha e não quero andar: "a minha mãe não pode vir ou os avós não podem vir porque não têm visto, porque não podem entrar, porque não sei o quê". Tipo, não. Quando eu mais vou precisar de estar ligada a Portugal, e de ir e vir e de fazer a minha vida, eu posso não ter essa ligação, e, portanto, começou logo o não vai ser uma opção para nós ficarmos sem saber mais tempo ainda o que é que eles querem fazer ou não. [Paula]

Também aqui a pandemia e os confinamentos não são referidos com fazendo parte dos motivos para o regresso, mas uma combinação do que fazia parte dos planos iniciais da migração com o reforço do *Brexit* e de alterações associadas a este processo.

Regresso do Reino Unido em outubro de 2020

Letícia, nome fictício, regresso parcial/indefinido/temporário/bipolar

Letícia, com 32 anos, é gestora geral e de Recursos humanos numa empresa do Reino Unido. Emigrou para estudar no Reino Unido e aí permaneceu. O regresso sempre foi um desejo, mas estava sempre a ser adiado. O seu namorado ficou em *lay-off* no primeiro confinamento, devido à pandemia, e começou

a procurar novo trabalho, incluindo em Portugal, onde encontrou uma posição. Veio para trabalhar e Letícia a ele se juntou, em outubro de 2020. De cá, à época da entrevista (abril de 2021), encontrava-se a trabalhar remotamente e não sabia quando voltaria a trabalhar presencialmente, apenas se teria de se deslocar ao Reino Unido de seis em seis meses, para não perder a residência.

No momento da entrevista estava em processo de aquisição de habitação em Portugal. Geográfica e fisicamente encontrava-se regressada a Portugal, apenas de forma fiscal está ligada ao Reino Unido. A pandemia é explicitamente referida como causa da migração.

Eu ainda trabalho lá. Foi uma destas coisas da pandemia. Uma das vantagens para mim foi eu poder voltar, ou estar cá grandes períodos de tempo, sem deixar o meu emprego lá, ainda. Mas eu não posso passar muito tempo sem ir lá, não posso passar mais do que seis meses fora de Inglaterra. [Letícia]

Esta forma de regresso acaba por ser uma espécie de regresso difícil de definir, daí a referência a temporário, parcial ou bipolar. Porque a permanência é maior que 1 ano e, embora a entrevistada tivesse que voltar a Inglaterra para constar uma entrada no passaporte e legalmente continuar a ser residente, a residência física já era em Portugal. A compra de casa não foi associada de forma vinculativa ao regresso, pois sugeriu que esta também poderia ser arrendada se fosse necessário regressar ao Reino Unido.

Portanto, a decisão acerca do regresso efetivo não está tomada e nessa posição intervêm algumas variáveis. Foram apontadas o desconhecimento acerca dos desenvolvimentos da pandemia no momento da entrevista, e os receios relativos à perda de rendimentos porque em Portugal ganha-se menos. O gosto pelo exercício da sua profissão também seria um fator a ponderar.

O meu namorado veio para cá, trabalha cá e pode ficar aqui permanentemente, e então a minha intenção é ficar também, mas estou um pouco indecisa, ou isso ainda depende um pouco de como ficar a história do trabalho porque eu gosto bastante do meu trabalho e já comecei a procurar e a ver coisas aqui, mas tenho um pouco aquela reticência ou aquele medo de trabalhar aqui. [Letícia]

Este é o único caso em que a pandemia é apontada como gatilho para a mudança para Portugal.

Eu acho que já queria regressar há alguns anos, mas ia ficando, por tudo o que tinha lá, e eu acho que se não fosse a pandemia, eu provavelmente ainda estaria nessa de volta ou não. [Letícia]

Notas conclusivas

A pandemia e os confinamentos associados tiveram efeitos entre inquiridos/as, principalmente nos *lay-off*, mas a grande maioria refere não ter tido alteração relativamente à sua vontade de regresso ou de permanência, como vimos nos resultados quantitativos. É importante realçar, no entanto, que o questionário esteve *online* apenas durante os primeiros meses da pandemia, pelo que os resultados têm de ser lidos com alguma cautela. Ou seja, os/as respondentes ainda não tinham a perceção completa do que poderia acontecer em termos económicos/ e no seu trabalho, e as consequências não terão sido tão imediatas.

A vantagem de podermos juntar a análise de algumas entrevistas a regressados/as já durante a pandemia são as de tornarem inteligíveis dimensões que não seriam captáveis através dos inquéritos. Em todos os casos a pandemia fez parte do contexto, mas não em todos foram causa diretas (ou indireta) das migrações.

Portanto, nos processos de migração pode haver elementos de mudança social macro que apenas os situam (a pandemia como contexto) ou que também as ativam (a pandemia como fator desencadeador).

O regresso tem influências complexas e as desvantagens económicas de Portugal, nos casos apresentados, são menos postas em perspetiva no regresso, quando são razões relacionadas com a família no destino, e os laços sociais (e familiares) com a origem que sobressaem na explicação/racionalização do processo da tomada de decisão – sendo para tal necessário que haja condições materiais e logísticas. Tradicionalmente sabe-se que os momentos “críticos” como as mudanças de etapa no ciclo de vida oferecem possibilidades de avaliar o percurso migratório e podem facilitar a decisão de regresso, ou mesmo ser um fator de decisão. Aqui, as mudanças de escola das crianças/filhos são um bom exemplo destes momentos.

O aumento do trabalho remoto entre profissionais da informação e das redes, principalmente com a pandemia, ligado também ao nomadismo digital, poderá vir a explicar mais circulação, mas também mais regressos (do que até antes dessa realidade). Ainda será preciso um pouco mais para verificar se essas mudanças se verificam.

Há potencial para aumento do espaço virtual do transnacionalismo nas migrações, porque os mercados de trabalho têm potencial para um alargamento também no plano virtual; poderemos vir a assistir a uma diversificação consequente das migrações portuguesas.

Sobre as migrações de regresso, é importante referir que são fenómenos cada vez mais complexos e o esforço de tipificação deverá ser continuado, tendo neste caso sido feita apenas um esboço, utilizando conceitos clássicos da migração, mas aplicada ao regresso, como “por etapas”, temporário, pendular, entre outras apresentadas.

Referências bibliográficas

Beck, U. (1992), *Risk society: towards a new modernity*. London, Sage.

Beck, U. (1999), *World risk society*. London, Sage.

De Jong, G., & Fawcett, T. (1981), "Motivations for migration: an assessment and value expectancy research model", In De Jong, G. & Gardner, R. W. (Eds.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 13-58.

Faist, T. (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.

Fawcett, James T. (1989), "Networks, linkages, and migratory systems", *International Migration Review*, XXIII (3), pp. 671-680.

Hugo, G. J. (1981), "Village-community ties, village norms and ethnic and social networks: a review of evidence from the Third Worlds", In De Jong, G. & Gardner, R. W. (Eds.), *Migration Decision Making. Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 186-224.

Massey, D., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, J. E. (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.

Massey, D., Arango J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, J. E. (Eds.) (1998), *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Oxford University Press.

Mendes, J. M. (2015), Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco, *Análise Social*, 214, 1 (1.º), pp. 211-215.

Triandafyllidou, A. (Ed.) (2022), *Migration and Pandemics - Spaces of Solidarity and Spaces of Exception*, Imiscoe Research Series, Switzerland, Springer.

Triandafyllidou, A., & Nalbandian, L. (2020, July). 'Disposable' and 'essential': Changes in the global hierarchies of migrant workers after COVID-19. IOM Policy Brief. <https://publications.iom.int/books/covid-19-and-transformation-migration-and-mobility-globally-disposable-and-essential-changes>.